

Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza¹

BUENO, Fernando Protti²

Discente da Universidade do Vale do Itajaí e docente da Universidade para o
Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.

PIRES, Paulo dos Santos³

Doutor Professor da Universidade do Vale do Itajaí.

Resumo

Essa pesquisa teve por objetivo analisar as relações entre o ecoturismo e a educação ambiental, assim como, às suas possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. Para tanto, utilizou-se o método qualitativo e as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. São evidenciados como resultados a relação histórica entre ecoturismo e educação ambiental – no que tange às questões acerca da conservação de ambientes naturais – e a possibilidade de fomentar ações educativas em atividades que *a priori* propiciem o consumo desses espaços, mas que a partir de modalidades de educação ambiental pretendem por meio de sensações e experiências elucidar valores, atitudes e novas alternativas de comportamentos humanos.

Palavras-chave: ecoturismo; educação ambiental; conservação da natureza.

1. Introdução

A atual importância do ecoturismo na sociedade não está apenas baseada na variável econômica, mas principalmente em seu potencial educativo e de conservação da natureza, advindos das experiências e sensações vivenciadas em meio à natureza. O caráter educativo do ecoturismo baseia-se no fato de que esta atividade, comprometida com a conservação da natureza, prevê o seu desenvolvimento a partir da participação responsável dos ‘ecoturistas’ em ambientes de elevada importância tanto para essa atividade quanto para a humanidade.

No mercado ecoturístico pode-se identificar atividades nem sempre comprometidas com seus objetivos, pois os aspectos econômicos imediatistas se sobrepõem aos aspectos

¹ Trabalho apresentado ao GT “Meio ambiente, turismo e educação” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Graduado em Turismo pelo Unibero, mestrando em Turismo e Hotelaria pela Univali e docente do curso de Turismo da Unidavi. E-mail: prottimarx@yahoo.com.br

³ Doutor em Ciências-Geografia Humana (USP-SP). Professor e pesquisador na área de Turismo e Meio Ambiente nos Cursos de Turismo e Hotelaria (Graduação/Pós-Graduação) no Centro de Educação de Balneário Camboriú da Univali. E-mail: pires@univali.br

sociais, culturais e ambientais. Em decorrência disso, a educação ambiental torna-se importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento sustentável do ecoturismo sem que, contudo, essa atividade deixe de ser valorizada economicamente.

Mas, como uma atividade em essência educativa poderá estimular e conter o ato do consumo turístico? Como educar para a conservação da natureza? Quais são as modalidades de educação ambiental aplicadas ao ecoturismo? Com isso, a presente pesquisa tem por objetivos analisar as relações entre o ecoturismo e a educação ambiental com vistas à conservação da natureza, verificando como o ecoturismo pode promover a conservação da natureza pela educação ambiental e identificando as suas modalidades aplicadas ao ecoturismo.

Para a realização desta pesquisa utilizou-se o método qualitativo, por meio do uso do estudo do tipo exploratório e das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para a coleta de dados, o que permitiu a verificação de como o ecoturismo é desenvolvido, sob a ótica de seu componente educativo voltado à conservação da natureza, assim como, a identificação das modalidades de educação ambiental aplicadas ao ecoturismo, como a interpretação ambiental (HAM, 1992), o aprendizado seqüencial (CORNELL, 1997) e a educação experiencial (OBB, 2005). Por fim, a análise dos dados bibliográficos e documentais acerca das temáticas de ecoturismo e educação ambiental, recorreu à análise documental, descrita por Richardson (1999, p. 230) como “[...] uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”.

Os resultados dessa pesquisa revelaram que por se tratar o ecoturismo de uma atividade humana ainda sim impactante às áreas naturais (protegidas ou não), esta prescinde de estratégias e ferramentas que controlem tais impactos, as quais podem ser identificadas como modalidades de educação ambiental, que objetivam por meio de atividades sensoriais e perceptivas, o desvelar de atitudes e comportamentos não nocivos e conservadores da natureza. Isso torna-se possível pelo fato do aprendizado estar intimamente relacionado à produção de percepções e sentidos, facilitados pelo ambiente no qual a atividade de ecoturismo é realizada, e por esta atividade pós-moderna possibilitar o rompimento de paradigmas modernos, em que as funções econômicas não

se equilibram com as naturais, sendo inesperado a realização de ações educativas nesse ato de consumo e a possibilidade de aprendizagens proporcionadas por ambientes multissensoriais.

2. Relações entre o ecoturismo e a educação ambiental

O ecoturismo caracteriza-se por um tipo de viagem realizada em meio à natureza, que utiliza predominantemente recursos naturais como forma de atração turística, os quais se constituem como matérias-primas para o desenvolvimento do ecoturismo. Trata-se de um movimento turístico recente, que tem obtido relevâncias tanto econômicas, sociais, culturais quanto ambientais, pois como relembra Serrano (2000b), mesmo antes das definições dos termos e da comercialização de atividades relacionadas ao ecoturismo, já se destacavam algumas viagens à natureza.

De acordo com a TIES – The International Ecotourism Society – estima-se que o índice de crescimento do ecoturismo seja superior à outros segmentos do turismo, variando entre 20% a 30% ao ano. Em complemento, a OMT – Organização Mundial do Turismo – prevê que os destinos mais procurados turisticamente serão “[...] os cumes das montanhas mais altas, as profundezas dos oceanos e os confins da Terra” (*apud* MASTNY, 2002, p. 131).

Para tanto, o ecoturismo é visto como alternativa para o desenvolvimento da localidade, assim como, ferramenta de conservação por proporcionar receitas advindas das possíveis taxas pagas pelos turistas, representando assim, o que Serrano (2000b) salienta ser uma prática sustentável em um contexto insustentável (o da lógica capitalista). Serrano e Luchiari (2005) corroboram quando afirmam que os espaços que devem ser preservados e mantidos longe dessa lógica capitalista, são considerados potencial atrativo das regiões, por valorizarem o patrimônio ambiental, independentes das dinâmicas culturais locais.

Serrano (2000b, p. 208) detecta uma pluralidade de termos e conceitos tratados sobre o turismo na natureza, o que sugere que o ecoturismo

[...] é uma idéia ‘guarda-chuva’, pois envolve uma multiplicidade de atividades como trekking, hiking, escaladas, rappel, espeleologia, mountain biking,

cavalgadas, mergulho, rafting, floating, kayaking, vela, vôo livre, paragliding, balonismo, estudos do meio, safári fotográfico, observação de fauna e flora, pesca (catch-release), turismo esotérico e turismo rural [...].

O turismo na natureza ocupa espaço na expressão ‘turismo alternativo’, que segundo Pires (2002, p. 111) pode ser entendida como uma expressão “[...] impregnada de anseios e ideais de mudanças e inovação do turismo convencional de massas, ou ainda como estandarte dos movimentos e ações pioneiras nesse sentido [...]” e como “[...] chave designativa de um turismo diferenciado em relação ao convencional ou tradicional [...]”. A partir disso, tem-se uma variedade de tipos alternativos de turismo que evidenciam alternativas turísticas ao turismo convencional: turismo participativo, turismo responsável, turismo suave/brando, turismo ambiental, turismo sustentável, turismo ecológico, turismo baseado na natureza, ecoturismo e turismo rural. Desse modo, o mesmo autor salienta que o ecoturismo

[...] surge e se impõe como uma ‘rotulação’ ampla e indiscriminadamente utilizada para representar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no campo das viagens turísticas, que se posicionam na interface *turismo-ambiente*, este último compreende especialmente ambientes naturais pouco alterados e culturas autóctones presentes em seu entorno (Ibid., p. 139, grifos do autor).

Apesar de toda essa diversidade de atividades e de todas as variações de termos cabe ressaltar que, conforme Serrano (2000b, p. 209), o ecoturismo enquanto prática alternativa de turismo surge “[...] no contexto das transformações mais gerais da sociedade ocidental que tem sido identificadas como a passagem da modernidade à pós-modernidade”, o que revela um contexto sócio cultural que diferencia as viagens à natureza do ecoturismo, enquanto um desdobramento do ambientalismo e um segmento de mercado.

O ecoturismo começou a ser conceituado por Ceballos-Lascuráin (1987 *apud* PIRES, 1998, p. 79) como

[...] viagem a áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nestas áreas.

No Brasil as discussões oficiais e governamentais sobre ecoturismo são iniciadas em 1985, mas é em 1987 que é criado o Projeto de Turismo Ecológico com o objetivo de

ordenar e compreender o segmento e as atividades do mesmo. Em 1994, após estudos e análises de um Grupo de Trabalho Interministerial, produziu-se um documento intitulado ‘Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo’, que definiu o ecoturismo como

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BARROS II; LA PENHA, 1994, p. 19).

Wood (2002, p. 07, 10, tradução nossa) caracteriza o ecoturismo como “[...] um crescente nicho de mercado no maior setor de viagens, com o potencial de ser uma importante ferramenta no desenvolvimento sustentável”. Além disso, define o ecoturismo por meio de seus resultados para o desenvolvimento sustentável, que são a “conservação de áreas naturais, educando visitantes sobre a sustentabilidade e beneficiando a população local”.

Essas definições são utilizadas para uma maior compreensão do ecoturismo nessa pesquisa por entender que as mesmas sintetizam os princípios, os valores e as características desse tipo de viagem. São nítidas algumas das características, dos componentes e dos princípios que estão compreendidos no termo e na atividade de ecoturismo, tais como a educação, o envolvimento com a comunidade local, o apoio à conservação ambiental e a sustentabilidade, esta última vista como uma preocupação explícita no conceito de ecoturismo, mas que tem sido deixada de lado pelas atuais práticas ecoturísticas, desenvolvidas muito mais para suprir a demanda de um modismo ambiental, do que para colocar em prática o conceito da atividade.

Para uma compreensão mais ampla do conceito de sustentabilidade é necessário analisá-lo sob seus diversos campos de atuação – ambiental, econômico, cultural, político nacional, político internacional, territorial ou espacial, social e ecológico – conceituados por Sachs (2000) como critérios que se inter-relacionam de modo sistêmico para garantir a sustentabilidade. Portanto, o desenvolvimento completo da atividade ecoturística necessita da integração desses critérios à um componente educativo, responsável por nortear as práticas e garantir efetivamente a adoção de uma postura sustentável.

O governo brasileiro por meio do documento ‘Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo’ evidenciou que a atividade desenvolvida no Brasil ainda está desordenada, apresenta um inadequado comportamento do turista e tem sido impulsionada por oportunidades mercadológicas, o que não ocasiona benefícios sócio-econômicos e ambientais. Desse modo, estabeleceram-se ações com suas devidas estratégias de execução, para atender ao objetivo de nortear o desenvolvimento do ecoturismo, assegurando ao meio ambiente uma ferramenta de valorização dos recursos naturais, sendo que dentre essas ações o ecoturismo foi identificado como um mecanismo de educação ambiental.

Dentre as ações e estratégias propostas para a solução desse problema está a ação nomeada de ‘Conscientização e informação ao turista’, que tem por objetivo “divulgar aos turistas atividades inerentes ao produto ecoturístico e orientar a conduta adequada nas áreas visitadas” e propõe como estratégia “apoiar programas de educação ambiental formal, em todos os níveis, de maneira interdisciplinar” (1994, p. 30). Porém, deve-se ressaltar que o ecoturismo é desenvolvido e realizado em áreas supostamente naturais, que compreendem espaços diferenciados dos espaços da educação ambiental formal (escolar) e que prescindem do desenvolvimento da educação ambiental como uma forma de potencializar a sustentabilidade da atividade, incorporando-se como um instrumento à ação do planejamento ecoturístico, sendo capaz de elucidar valores e atitudes comportamentais, comprometidas com o meio ambiente natural.

Essa questão torna-se especialmente importante, pois como afirma Pires (1998) uma experiência verdadeiramente ecoturística além de necessitar do meio ambiente natural como cenário, dos atrativos naturais e culturais, depende do comprometimento com o manejo, a conservação e a sustentabilidade dos espaços através da participação efetiva de comunidades locais, por meio da difusão de uma consciência ecológica proporcionada pela educação ambiental.

Em complemento ao exposto, Leonardi (1999) pautada em Rousseau e Freinet, ressalta que a educação para e com o meio ambiente, não é nova e inicia-se a partir do século XVIII quando insistia-se na eficácia do meio ambiente como uma estratégia de aprendizagem, onde via-se a natureza diferentemente de algo a ser conquistado e

dominado, por isso, as histórias de meio ambiente e educação ambiental se articulam e por vezes se confundem. A partir disso, conforme observa Dias (2000) houve uma evolução nos conceitos devido ao processo histórico e discursivo sobre as questões ambientais mundiais, porém essa evolução sempre esteve relacionada aos conceitos de meio ambiente e o modo como esse era percebido.

Guerra (2001) acrescenta que a história brasileira retrata a concepção da natureza e do meio ambiente enquanto fonte de recursos infinitos, pois não se tem uma cultura ou sentimento de preservação. Desse modo, Sato (2002) infere que a educação ambiental deve ser recriada, avaliando-se o convívio coletivo e a relação da sociedade perante o mundo, ou seja, deve-se observar a educação ambiental como um conjunto de relações sociais que determinam a dinamicidade do mundo.

Com relação à evolução dos conceitos de educação ambiental, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977 *apud* SATO, 2002, p. 23-24) definiu que

[...] educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos.

O Brasil, para Dias (2000), privilegia-se por ser o único país da América Latina a dispor de uma política nacional específica de educação ambiental (PNEA), elaborada em 1999 pelo ProNEA (2005, p. 19) – Programa Nacional de Educação Ambiental – com a intenção de “[...] promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e de potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais [...]”. Essa política entende a educação ambiental como

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, publicação sem número de páginas).

A educação ambiental pode ser classificada segundo Leonardi (1999, p. 397) em função do espaço onde é desenvolvida, sendo formal, não formal e informal. A educação ambiental não formal é aquela “[...] exercida em outros e variados espaços da vida social, com metodologias, componentes e formas de ação diferentes da formal [...]”. Em

complemento, a PNEA (1999, p. 21) entende por educação ambiental não formal “[...] as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. E dentre os incentivos governamentais a educação ambiental não formal estão “a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação” e “o ecoturismo”.

Ao pensar a educação ambiental como um caminho para a tomada de consciência ambiental e garantia de um futuro sustentável, Leff (2001) cita que a educação ambiental fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais, guiados pelos princípios de sustentabilidade ecológica e cultural, que contradizem o desenvolvimento econômico atual, o que implica em educar para formar um pensamento crítico e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações existentes entre processos naturais e sociais. Contudo, Serrano (2000a) salienta a importância do desenvolvimento de uma relação vivencial e afetiva da sociedade, em um ambiente multisensorial, voltado à vivência de experiências que estimulem a reflexão e a sensibilidade para a consolidação do aprendizado formal e a construção de um futuro sustentável.

Para Mendonça (2005a, p. 537) as experiências ecoturísticas possuem elevado potencial para a interiorização de princípios da educação ambiental, pois “[...] promovem o aprimoramento das relações dos indivíduos, consigo mesmos e auxiliam a tornar conscientes as relações que as pessoas têm umas com as outras e com o meio natural”.

A interiorização e apreensão de informações, incentivadas pelos sentidos e propiciadas pelas experiências ecoturísticas proporciona a possibilidade de novos comportamentos e novas atitudes nos indivíduos em função não somente do sentido, mas também do percebido. Esse processo educativo, segundo Tuan (1980, p. 05) é tido como um “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”, denominado de topofilia, onde a atitude representa uma postura cultural, formada pela sucessão de percepções, também entendidas como experiências.

Guerra (2001, p. 318) corrobora com essas questões quando ressalta a dimensão ambiental na educação como forma indissociável de ação – reflexão – ação no processo

de aprendizagem, onde as dimensões cognitiva, afetiva, metodológica e ecosófica proporcionam resultados diferenciados, mas todos comprometidos com o “[...] processo de mudança e reconstrução de atitudes e valores” do qual a educação ambiental é capaz. O autor ressalta ainda que a educação ambiental é “[...] um processo de (re)educação, ou seja, significa que precisamos reaprender a viver e nos (re)integrarmos consigo mesmo, com o outro, na e com a natureza, sentindo, pensando e agindo como partes integrantes dela mesma”.

Isso é basicamente o que Freire (1980, p. 26) conceitua como conscientização, pois entendia que o ser humano enquanto sujeito da educação, reflete criticamente sobre o seu ambiente concreto e sobre sua realidade, tornando-se consciente, comprometido, capaz de intervir e transformar o mundo. Além disso,

a conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. [...] A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, um modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.

O processo educativo que por meio das experiências (ecoturísticas ou não) realizadas em meio ambiente natural (natureza), proporciona novas expectativas e perspectivas, dá início a um processo de sensibilização que Tuan (1980) denomina de topofilia, no qual o indivíduo ou o grupo a ele relacionado aprende com a experiência, conscientizando-se, pois esta ação é uma autogestão do próprio indivíduo, que atinge um ponto racional perante determinado tema ou problemática.

Presume-se assim, que a forma mais adequada de desenvolver esse processo educativo no ecoturismo seja por meio da incorporação de modalidades de educação ambiental às práticas a esta associadas.

3. Modalidades⁴ de educação ambiental não formal ao ar livre

⁴ As formas de se realizar a educação ambiental, ganham aqui o termo ‘modalidades’ por convencionalmente serem utilizadas como as maneiras, os instrumentos, as ferramentas ou as metodologias empregadas ao desenvolvimento de tais práticas educativas. Tem-se a pretensão de apresentá-las sucintamente, com o enfoque em seu escopo teórico-metodológico, assim como, em alguma de suas práticas.

As modalidades denominadas aprendizado seqüencial, interpretação ambiental e educação experiencial compõem as práticas relacionadas à educação ambiental não formal, também denominadas de educação ambiental ao ar livre. Embora, possam existir outras práticas de educação ambiental, as aqui apresentadas caracterizam-se como as modalidades identificadas e que se aplicam ou que podem ser aplicadas ao ecoturismo, com o intuito de compor o possível processo educativo a ser desenvolvido nessa atividade.

4. Aprendizado seqüencial

Para Cornell (1997), o aprendizado seqüencial é considerado uma maneira pela qual a educação ambiental organiza suas atividades com o objetivo de proporcionar mudanças de comportamentos, por meio da elucidação de valores. Em complemento, Mendonça (2000, p. 135), caracteriza-o como “[...] uma metodologia original para facilitar e aprofundar a interação que podemos ter com a natureza”, possibilitando a reflexão e a construção de conhecimentos sobre as possibilidades de interações humanas com a natureza.

Cornell (1997, p. 13) preocupa-se com a compreensão e o sentido que as pessoas possuem em relação à conservação das áreas naturais e lembra que “[...] a sensibilidade em relação à vida é o fruto mais precioso da educação”, ressaltando que “[...] à medida que começamos a sentir uma comunhão com os seres vivos que nos rodeiam, nossas atitudes tornam-se mais harmoniosas e fluem com naturalidade, e, por conseguinte, passamos a nos preocupar com as necessidades e o bem-estar de todas as crianças”.

Porém, Mendonça (2000, p. 138) salienta que não há como possuir uma “[...] consciência conservacionista da natureza se a relação afetiva com ela não estiver impregnada na cultura de um povo”, desse modo, atenta-se para a questão de que “se o ecoturismo visa ser o motivador da conservação da natureza e das culturas locais, ele não pode deixar de ser, entre outras coisas, o facilitador desse diálogo”. Assim, as experiências diretas com a natureza possibilitam penetrar de maneira completa no espírito do mundo natural e auxiliam na descoberta individual do profundo sentimento de pertinência e compreensão.

Para tanto, Cornell (1997, p. 17) desenvolveu um conjunto de princípios denominado ‘Aprendizado Sequencial’, que descreve como usar as atividades de conscientização na natureza de modo gradativo e direcionado. O conjunto de princípios é composto de quatro estágios: o despertar do entusiasmo; o concentrar a atenção; o dirigir a experiência; e o compartilhar a inspiração. Essa denominação, aprendizado sequencial, é justificada pelo fato de que os estágios fluem de um para o outro, suave e naturalmente, fazendo com que o indivíduo passe pelos diferentes estágios e alcance estruturas mentais proporcionadas pelas experiências diretas e profundas com a natureza. Ressalta ainda que após “[...] uma sessão conduzida com sucesso, cada participante adquire uma nova, agradável e sutil conscientização de sua unidade com a natureza e uma intensa empatia com a vida”.

Cornell (1997) explica que o estágio do entusiasmo é marcado pelo fluxo calmo e intenso de interesse com grande dose de vitalidade; o estágio atenção é necessário para se concentrar em determinada atividade; o estágio experiência é voltado a experimentar o contato direto com a natureza; e por fim, o estágio inspiração é proporcionado pela experiência que aguça a percepção. Mendonça (2000) completa que, para experimentar a natureza, necessita-se ampliar as capacidades de percepção.

No Brasil o intuito de aplicar a afetividade e o aprendizado pelos sentidos em diversas atividades tem possibilitado o desenvolvimento de experiências, que segundo Mendonça (2000, p. 152), constituem-se em adaptações da metodologia aplicadas em atividades de ecoturismo, justificadas pela “[...] observação de que a simples visita à natureza nem sempre é suficiente para proporcionar ao visitante uma empatia com as outras formas de vida e uma interação pessoal com elas”.

As práticas do aprendizado sequencial de que se têm notícias, segundo Mendonça (2000; 2005a; 2005b), são realizadas pelo Instituto Romã nos parques de São Paulo (PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – e Parque Estadual da Cantareira) e consistem em atividades lúdicas que vão desde uma simples contemplação da beleza natural até a prática de exercícios físicos, na forma de esportes radicais (*rafting*, *rappel*, entre outros), previstas em um roteiro de atividades, antecipadamente planejadas, de

acordo com o perfil do público e com o espaço físico disponível, tem duração média de duas horas e seguem os estágios propostos por Cornell.

5. Interpretação ambiental

Interpretar constitui-se como uma forma de comunicação, sendo entendida por Murta e Goodey (2003, p. 13) como “[...] o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar”.

No campo ambiental, Ham (1992, p. 03, tradução nossa) caracteriza-a como uma “[...] tradução da linguagem técnica de uma ciência natural ou área relacionada em termos e idéias que as pessoas em geral, que não são cientistas, possam entender facilmente e implica em fazê-la de forma que seja entretida e interessante para eles”.

Murta e Goodey (2002, p. 14) também ressaltam que “[...] mais do que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante [...]”.

A característica educacional da interpretação é dada pelo modo como a mesma está organizada e seu processo metodológico, explicado por Ham (1992, p. 07, tradução nossa) quando este cita que a interpretação se diferencia de outros modos de transmissão de informações por ser amena, pertinente, organizada e com um tema. O mesmo autor explica que a interpretação é amena porque entretém, mesmo sem ser o seu objetivo, mas com isso mantém a atenção do participante, sendo pertinente por revelar significados pessoais, e desse modo, ser capaz de estabelecer relações à alguma experiência particular. É organizada por ser fácil de se seguir, não sendo necessário grandes esforços do público participante. E é temática por possuir um tema principal nas mensagens transmitidas.

Vasconcelos (2003) com o intuito de apresentar orientações para o desenvolvimento de um efetivo programa de educação e interpretação ambiental para o ecoturismo, acrescenta ser necessário atentar-se a três etapas distintas: o planejamento, a

implementação e a avaliação. A autora evidencia que no ecoturismo as trilhas interpretativas, guiadas ou autoguiadas, figuram comumente como estratégias para transformar as caminhadas em oportunidades de educação, com o intuito de desenvolver novas percepções nos visitantes, proporcionando-os explicações sobre as inter-relações sociais e naturais.

Por fim, cabe ressaltar que a interpretação ambiental proporciona o desenvolvimento de relações das pessoas com o ambiente natural, traduzindo suas características e relacionando lazer com educação. Porém, não há maneiras corretas ou incorretas de realizá-la, depende-se dos objetivos propostos, das condições disponíveis e em alguns casos do talento de um guia.

6. Educação experiencial

Um dos primeiros programas de educação ao ar livre no Estados Unidos surgiu segundo Barros (2000), quando o educador alemão chamado Kurt Hahn em 1941, fundou a primeira escola *Outward Bound*, uma organização internacional sem fins lucrativos que atua em 32 países, estabelecendo padrões para a educação ao ar livre. Para tanto, utiliza-se da metodologia de educação experiencial que consiste no uso dos ambientes naturais, enquanto ambiente pedagógico e na interação do indivíduo consigo, com seu grupo e com o ambiente.

Segundo a *Outward Bound* Brasil – OBB (2005) a metodologia experiencial é utilizada como principal ferramenta de desenvolvimento humano por visar essencialmente a promoção de uma experiência a um indivíduo e posteriormente o auxílio à reflexão desta experiência, já que a condução ao aprendizado depende não só da experiência e de seu desafio intrínseco, mas também da reflexão transformadora.

Para a Associação de Educação Experiencial – AEE (1995 *apud* BARROS, 2000, p. 98) a educação experiencial é definida como “um processo onde os indivíduos constroem conhecimentos, aprendem técnicas e adquirem valores através da experiência direta”. A aplicação dessa metodologia, de acordo com a OBB (2005), depende da existência de diferentes elementos e de sua aplicação sistematizada, mesmo que não de forma linear,

ou seja, o ciclo de aprendizado experiencial pode se explicado por Luckner & Nadler (1992 *apud* BARROS, 2000, p. 99) quando citam que no estágio experiência o indivíduo participa de atividades planejadas com a intenção de atingir um certo aprendizado. No estágio reflexão, salienta-se que a experiência é insuficiente para a concretização do aprendizado, sendo necessário refletir sobre a experiência vivida e as do passado. Os autores colocam ainda que “é o processo da reflexão que torna a experiência em aprendizado experiencial”, sendo necessário refletir sobre o que “[...] viram, sentiram e pensaram [...]” durante a atividade, fazendo-o individual ou coletivamente.

Em continuação, evidenciaram o estágio denominado estrutura, composto pela busca de padrões, “[...] feita ao explorar emoções, pensamentos, comportamentos e observações que ocorram com alguma regularidade”. A partir da compreensão desses padrões em outras situações, pode-se generalizá-lo ou aplicá-lo às mesmas. E o estágio desafio compreende a aplicação do aprendido ao mundo externo.

Além desses elementos, a OBB (2005) ressalta dois outros também importantes, que são o suporte e o retorno (*feedback*), sendo que pressupõe-se a existência do primeiro em todas as experiências, já que este permite que do estímulo à confiança o indivíduo realize constantes tentativas de superação e experimentação e que em contrapartida, o retorno de informações do instrutor para o participante, sobre o que este último vem fazendo, funciona como uma ferramenta de equilíbrio da responsabilidade entre ambos, esta entendida nesse contexto, como a autonomia na tomada de decisões, a capacidade de resolução de situações inesperadas e novas, enfim a habilidade de resposta à estímulos.

Até então, não se têm notícias da aplicação dessa metodologia em atividades de ecoturismo, mas segundo Barros (2000) outras atividades advindas do turismo de aventura ou da contemplação da natureza tem se utilizado de áreas naturais por meio do uso dessa metodologia.

7. Considerações finais

A discussão acerca das interfaces e do ideário contemporâneo da relação entre homem e natureza, que rompe uma convivência harmônica e estabelece novos padrões conflituosos, sem contanto, desconstruir a dependência que vincula o homem à natureza, explicita a relação entre o ecoturismo e a educação ambiental, bem como a importância do trabalho conjunto dessas atividades.

Os termos ecoturismo e educação ambiental não são novos, mas evoluíram de acordo com a evolução do conceito de meio ambiente, assim como, com a formação de uma consciência ambiental que elucida a inter-dependência do ser humano com o meio natural.

O ecoturismo, prática marcada por princípios éticos, educativos e sustentáveis tem o intuito de conciliar os interesses econômicos aos ambientais, mas apesar de seus inúmeros conceitos, princípios e componentes há ainda uma incerteza quanto aos seus benefícios efetivos, pois como retrata o documento principal e oficial do setor, as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, este é um segmento ainda desordenado e desorganizado, o que remete as suas possibilidades de impactos negativos.

Há, de fato, a possibilidade do ecoturismo juntamente com seu componente educativo (educação ambiental) propiciar a conservação da natureza, por meio de modalidades de educação ambiental (aprendizado seqüencial, interpretação ambiental e educação experiencial), pois essas modalidades proporcionam a compreensão cognitiva dos benefícios de se conservar a natureza, estimulada por sentimentos acarretados pelas experiências diretas com a natureza.

A educação ambiental constitui uma possibilidade de conter os impactos negativos ocasionados pelo ecoturismo, pois possui como objetivo a implementação de um processo sistemático de educação que induz o indivíduo (educando) a uma ação – reflexão – ação, com o objetivo de compreender as conseqüências ocasionadas por seus comportamentos e por suas atitudes perante a natureza, sendo que o ato de refletir sobre

uma dada situação, possivelmente, levará o indivíduo a agir em prol de benefícios que este possa oferecer à conservação da natureza.

Esse processo educativo de ação – reflexão – ação, ganha repercussão no momento em que a este se aliam as percepções e as sensações proporcionadas pelo potencial natural do ambiente em que está sendo realizado. A partir disso, tem-se a configuração de um sujeito ecológico que estabelece afinidade com o meio ambiente, sensibiliza-se pelas questões ambientais e está consciente de seus atos, assumindo um papel de destaque na conservação da natureza.

Portanto, o ecoturismo deve ser compreendido não somente como um segmento turístico, mas como uma atividade que se afina aos ideais ambientalistas e promove experiências privilegiadas de educação, que estimulam a elucidação de valores e incentivam atitudes em prol da conservação da natureza e da consolidação de um novo comportamento social, o qual pode ser alcançado pela adoção das modalidades de educação ambiental.

Referências bibliográficas

BARROS, M. I. A. de. *Outdoor education: uma alternativa para a educação ambiental através do turismo de aventura*. In: SERRANO, C. (Org.) *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000, p. 85-110.

BARROS II, S. M.; LA PENHA, D. H. M. (Coord.). *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. *Diário Oficial*, Brasília: DF; 1999. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf/lei979599.pdf>> Acesso em: 23 out. 2005.

CORNELL, J. *A alegria de brincar com a natureza: atividades na natureza para todas as idades*. São Paulo: SENAC, 1997.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GUERRA, A. F. S. Navegando na web em busca de intervenções em educação ambiental: a interdisciplinaridade e a transversalidade em ação. In: SATO, M. SANTOS, J. E. (Org.). *A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora*. São Carlos: RIMA, 2001, p.301-325.

HAM, S. H. *Interpretacion ambiental: una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños*. Colorado: Fulcrum Golden, 1992.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LEONARDI, M. L. A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, C. (Org.). .ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 1999, p. 391-408.

MASTNY, L. Redirecionando o turismo internacional. In: WORLDWATCH INSTITUTE. *O Estado do Mundo, 2004: estado do consumo e o consumo sustentável*. Salvador: Ed. Uma, 2004, p. 117-146.

MENDONÇA, R. A experiência na natureza segundo Joseph Cornell. In: SERRANO, C. (Org.) *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000, p. 135-154.

_____. Experimentando a sustentabilidade do turismo na natureza. In: TRIGO, L. G. G. (Edit.) *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: ROCA, 2005a, p. 537-545.

_____. *Educação ambiental e ecoturismo*. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Org.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005b, p. 154-169.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa nacional de educação ambiental – ProNEA*. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 13-46.

OUTWARD BOUND BRASIL (OBB). Metodologia. Disponível em: <<http://www.obb.org.br>> Acesso em: 23 out. 2005.

PIRES, P. S. A dimensão conceitual do ecoturismo. *Turismo: visão e ação*. Itajaí, v.1, n.1, p.75-91, jan/jun, 1998.

_____. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SATO, M. *Educação ambiental*. São Carlos: Rima, 2002

SERRANO, C. A educação pelas pedras: uma introdução. In: SERRANO, C. (Org.). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000a, p. 07-24.

_____. O “produto” ecoturístico. In: ANSARAH, M. G. R. (Org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: SENAC, 2000b, p. 203–234.

SERRANO, C. LUCHIARI, M. T. (Eco)turismo e meio ambiente no Brasil: territorialidades e contradições. In: TRIGO, L. G. G. (Edit.) *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: ROCA, 2005, p. 505-515.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. Definition and ecotourism principles. Disponível em: <<http://www.ecotourism.org/index2.php?what-is-ecotourism>>. Acesso em: 13 dez. 2004.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

VASCONCELOS, J. M. O. Interpretação ambiental. In: MITRAUD, S. (Org.). *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003, p. 261-294.

WOOD, M. E. *Ecotourism: principles, practices & policies for sustainability*. Paris: UNEP, 2002.